

# **Ferrovía Norte Sul S.A.**

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Ferrovia Norte Sul S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrovia Norte Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ferrovia Norte Sul S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principal assunto de auditoria**

Principal assunto de auditoria (“PAA”) é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

### *Reconhecimento da receita*

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 4 (r) e nº 19 às demonstrações financeiras, a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes ferroviários de carga à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo, sendo altamente dependente do ambiente de tecnologia da informação e requerendo uma estrutura robusta para suportar as transações de monitoramento da prestação dos serviços e de faturamento, desde a captura, processamento e registro das transações. Esse assunto foi considerado como um PAA em virtude da complexidade, do alto nível de dependência do ambiente de tecnologia da informação e dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento de receita.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.



Para responder a esse PAA, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

- (i) Entendimento do processo e avaliação do desenho e da implementação das atividades relevantes de controles internos da Companhia relacionados ao processo de reconhecimento da receita.
- (ii) Envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para reconhecimento da receita.
- (iii) Teste, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto, com base na estimativa elaborada pela diretoria, em função da satisfação das obrigações de desempenho ao longo do tempo.
- (iv) Teste, em base amostral, sobre a exatidão da emissão de faturas.
- (v) Avaliação das divulgações efetuadas pela diretoria nas demonstrações financeiras.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de reconhecimento de receita da Companhia. Há ajustes identificados, considerados imateriais, que não foram registrados pela Companhia. Em função disso, alteramos a nossa avaliação quanto à natureza e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Ênfases**

### *Saldos relevantes entre a Companhia e partes relacionadas*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial do saldo de fornecedores registrado em 31 de dezembro de 2021 advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 3 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

Manoel P. da Silva  
Contador  
CRC nº 1 SP 205664/O-2 “T” MG

## **Relatório da Administração**

### **Mensagem da Diretoria**

O ano de 2021 ainda foi marcado pelos efeitos da pandemia de COVID19 sendo que o início do processo de vacinação ocorreu em Dezembro/2020, trazendo uma expectativa de retomada da atividade econômica mundial. O crescimento da demanda internacional por commodities favoreceu os volumes transportados pela FNS mas esse efeito foi parcialmente neutralizado pela quebra da segunda safra do milho.

Em 2021, a FNS alcançou uma receita líquida de R\$ 1.096,6 milhões, com 10.853 milhões de TKU transportados na malha ferroviária. Esse resultado é consequência direta do engajamento de times comerciais, operacionais e administrativos que buscam permanentemente atender aos clientes atuais, prospectar novas oportunidades e ganhar eficiência no uso dos nossos Ativos.

Pelo segundo ano consecutivo, a VLI, grupo do qual a FNS faz parte, conquistou o prêmio “Valor Inovação Brasil” na categoria “Transporte e Logística”, que reconheceu a inovação como um tema da nossa cultura que integra as nossas competências e permeia todas as nossas atividades, das rotinas internas ao jeito de atender os nossos clientes.

Em Dezembro/2021, a VLI anunciou seus compromissos ESG, desenvolvidos com base nos objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU e organizados em três frentes: (i) Legado para o planeta, (ii) Valor para as relações e (iii) Segurança para as operações. Entre as metas estabelecidas pela companhia estão (i) a redução de 15% de emissão de gases do efeito estufa por tonelada transportada, (ii) a diminuição de 20% de consumo de água nova nas operações e (iii) o alcance de 30% de mulheres em cargos de liderança. As metas que envolvem as questões sociais serão cumpridas até 2025 enquanto que as questões relacionadas ao meio ambiente serão perseguidas até 2030.

Em 2022, seguiremos nosso plano de crescimento que passa pela redução e/ou eliminação dos gargalos das nossas operações, ampliação das relações com clientes atuais e estabelecimento de outras com novos clientes, sempre vinculados com nossos valores de Segurança, Ética e nosso propósito de Transformar a Logística do Brasil.

A Diretoria

## 1. Síntese do Resultado de 2021

A Companhia apresenta os principais indicadores econômicos e operacionais dos seus últimos 03 últimos exercícios sociais:

<b>Principais Indicadores Econômicos e Operacionais</b>			
<i>(em milhões de R\$)</i>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Receita bruta	914	957	1.140
Receita líquida	876	917	1.097
EBITDA	471	517	564
Resultado do exercício	269	291	272
<b>Volume ferrovia (milhões de TKU)</b>	<b>9.293</b>	<b>9.642</b>	<b>10.853</b>
Dívida bruta	-	-	500
Caixa e aplicações financeiras	287	578	333
Dívida líquida	-	-	167
Margem EBITDA	53,7%	56,4%	51,4%

A Receita Líquida da FNS cresceu em 19,6% vs 2020, impulsionada pelos maiores volumes e por melhores tarifas decorrentes de mix de fluxos transportados na ferrovia.

Diante do cenário inflacionário observado em 2021, a FNS teve uma piora da sua margem bruta em 3,5 bps em relação à 2020, encerrando em 40,0%. Por outro lado, o EBITDA encerrou o exercício em R\$ 563,7 milhões, ou seja, um aumento de R\$ 46,4 milhões vs 2020, impulsionado pelo crescimento da receita.

Em termos de administração do caixa, a geração operacional líquida foi de R\$ 411,6 milhões, R\$ 194,1 milhões abaixo de 2020. E encerramos o ano com uma posição de caixa de R\$ 333,2 milhões e com uma dívida líquida de R\$ 167,1 milhões.

## 2. Investimentos

Em 2021, a FNS investiu o valor total de R\$ 917,5 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais e em aumento de capacidade, além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. E inclui também os valores pagos à título dos direitos de subconcessão.

## 3. Ética e Conformidade

A FNS preocupa-se continuamente em manter os padrões mais elevados de Ética e Conformidade em todas as atividades do negócio, pois acredita ser esse o único caminho para criar valor para toda a sua cadeia de relacionamento (clientes, empregados, acionistas, parceiros e comunidades). Desde a elaboração do Código de Conduta Ética, em 2015, convidamos a todos os empregados a se comprometerem com as diretrizes e a viver no dia-a-dia os nossos valores; este compromisso foi renovado em 2021 após a revisão do mesmo.

## 4. Gestão de Pessoas

Em 2021, os desafios trazidos com a pandemia que iniciou em 2020, se misturaram às novas perspectivas para o nosso negócio e também para o mundo. Em 2021 acelerou-se o processo de vacinação e, com ele, a possibilidade de retomada das atividades sociais e econômicas.

No que tange a Gestão de Pessoas, reforçamos ainda mais as nossas ações culturais com o objetivo de encurtar as distâncias físicas e manter e garantir a qualidade de vida de nossos empregados e o crescimento dos nossos negócios.

O trabalho no Comitê de Crises seguiu ativamente reforçando as medidas de saúde, incentivando e acompanhando nossos índices de contágio e vacinação; além de podermos testar as novas políticas de Home Office, que se tornaram as políticas atuais da VLI adotando o modelo híbrido como principal formato de trabalho.

A Universidade VLI, que em 2020 já havia ampliado o seu alcance redesenhando produtos presenciais e adaptando metodologias para o meio online, em 2021 consolidou sua posição através do Novo Portal da Universidade e seus programas. Foram mais de 64 mil participações em treinamentos, sendo o recorde histórico em participações na companhia, mais de 219 mil pessoa-horas treinadas, 165 treinamentos 100% online disponíveis e 8.137 empregados treinados. A Universidade VLI fortalece seu compromisso de qualidade e descentralização do conhecimento a todos.

As ações de Diversidade & Inclusão se desenvolveram e se tornaram ainda mais relevantes com a nossa construção de novos compromissos públicos com foco em raça, etnia e equidade de gênero. Em 2021, os grupos de afinidades capacitaram e sensibilizaram mais de 1.562 empregados em diversos temas transversais às nossas dimensões de diversidade. A VLI se tornou uma das empresas reconhecidas pelo prêmio WILL Women in Leadership Latin America. Avançamos na pauta de equidade de gênero e, junto da Universidade VLI, lançamos um programa de aceleração da carreira feminina com módulos customizados para cada momento de vida e decisões das mulheres. Nossa alta direção se comprometeu ainda mais com o tema e sua relevância para os negócios, aumentando assim a oportunidade para consolidarmos as ações e desenvolver uma VLI mais inclusiva, diversa e inovadora. Temos hoje em nossa diretoria um *sponsor* para cada grupo de afinidades e eles fazem encontros recorrentes e mentoria reversa sobre o tema e também suas interseccionalidades.

## 5. Sustentabilidade

A VLI acredita que só é possível pensar em desenvolvimento econômico quando compartilhado com a sociedade. Desde 2018, com a definição do primeiro planejamento estratégico de sustentabilidade da companhia, optamos pela abordagem de Valor Compartilhado, com a premissa de que o negócio, a operação, a geração de benefícios à sociedade e preservação do patrimônio ambiental são elementos indissociáveis ao êxito de uma organização.

Realizamos mudanças e buscamos soluções para transformar a logística do Brasil e queremos fazer isso de forma cada vez mais diversa, inclusiva, ética e sustentável. Por isso, em 2021, demos um novo passo em nossa jornada de sustentabilidade. Assumimos 6 compromissos na agenda ESG, que agrega os aspectos Ambiental (Environmental), Social e de Governança. Os 6 compromissos estão distribuídos em 3 grandes frentes e serão atingidos até 2030:

Segurança das operações	Ampliar condições de saúde e segurança do nosso time, alcançando e mantendo taxa de acidentes com afastamento (TFCA) 0,5 e taxa de Frequência de Acidentes com/sem Afastamento inferior a 2,0
-------------------------	---

Legado para o planeta	Contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, reduzindo em 15% a emissão de gases de efeito estufa, escopos 1 e 2, por tonelada transportada
	Reduzir em 20% o consumo de água nova nas operações, considerando a base de 2020
Valor para as relações	Alcançar e manter índice de 60% de contratação de fornecedores locais
	Sensibilizar 100% de clientes e fornecedores críticos em temas de Ética e políticas de inclusão da VLI
	Alcançar 30% de mulheres em cargos de alta liderança, a partir de gerência, até 2025

Também implementamos o Comitê de Estratégia e ESG da VLI, composto por toda a Diretoria Executiva da empresa, que se reúne a cada 15 dias e discute os temas ambientais, sociais e de governança junto com a estratégia da companhia.

Investimos mais de R\$ 5 milhões em iniciativas que contemplam projetos de educação, cultura, esporte e preservação do patrimônio em comunidades que convivem com as nossas operações, beneficiando diretamente cerca de 20 mil pessoas. Entre os projetos desenvolvidos, se destacaram o Escolas que Inovam e a implantação de Praça em Araguari (MG):

#### **ESCOLAS QUE INOVAM**

É UM PROJETO DE EDUCAÇÃO COCRIADO EM 2018 EM PARCERIA COM A PREFEITURA DE SANTOS (SP), COM O OBJETIVO DE FOMENTAR NOVAS FORMAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM POR MEIO DA INOVAÇÃO E DA TECNOLOGIA COM FOCO EM ALUNOS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. ESSA É UMA FORMA DE PROPICIAR UM ENSINO DIFERENCIADO, JÁ QUE A VLI ACREDITA NA EDUCAÇÃO COMO UM LEGADO E AGENTE PROPULSOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS EM QUE ATUA.

O PROJETO FOI REALIZADO PELA VLI EM DUAS ETAPAS:

PRIMEIRA ETAPA: REALIZADA EM 2018 EM 9 ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I, QUE RECEBERAM REFORMA DAS BIBLIOTECAS EXISTENTES E A IMPLANTAÇÃO DE ESTUDIOTECAS COM EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS. O OBJETIVO É APRESENTAR O MUNDO DIGITAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA INTERAÇÃO DURANTE O PERÍODO LETIVO; E

SEGUNDA ETAPA: REALIZADA ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2021, CONTEMPLOU 32 ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DENTRE AS QUAIS 24 ESCOLAS RECEBERAM ESTUDIOTECAS COMPLETAS COM ADAPTAÇÃO FÍSICA DAS SALAS, NOTEBOOKS, SMARTS TV'S PARA AULAS INTERATIVAS, CHROMEBOOKS E OUTROS EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS. AS OUTRAS 8 UNIDADES QUE JÁ POSSUÍAM ESSE TIPO DE ESPAÇO RECEBERAM CHROMEBOOKS.

AO TODO, A COMPANHIA INVESTIU CERCA DE R\$ 6 MILHÕES NAS DUAS FASES DO ESCOLAS QUE INOVAM, BENEFICIANDO DIRETAMENTE CERCA DE 12 MIL PESSOAS.

## **PRAÇA ARAGUARI**

ATENDENDO A UMA DEMANDA DA COMUNIDADE DE ARAGUARI, NO TRIÂNGULO MINEIRO, O MUNICÍPIO E A VLI CONSTRUÍRAM A PRAÇA MARIA ABADIA LOPES VIRGINIO, NO BAIRRO NOVO HORIZONTE, COM RECURSOS DO SUBCRÉDITO SOCIAL DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES).

A PRAÇA TEM ÁREA TOTAL DE 2.219 m<sup>2</sup> E CONTA COM ÁREA VERDE, PLAYGROUND, QUADRA DE FUTSAL, ÁREA DE CONVIVÊNCIA, BEM COMO ACADEMIA AO AR LIVRE. A EXPECTATIVA É DE QUE ELA BENEFICIE OS CERCA DE 5 MIL MORADORES DA REGIÃO, ALÉM DOS HABITANTES DE TODA A CIDADE. TODO O PROJETO ARQUITETÔNICO, QUE ATENDE ÀS REGRAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E ÀS DIRETRIZES AMBIENTAIS, FOI APROVADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ARAGUARI E PELO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (CODEMA).

Ainda em 2021, mantivemos ações de ajuda humanitária para mitigar os impactos da pandemia de Covid-19 nas comunidades de atuação da empresa, com um aporte de cerca de R\$ 1,75 milhão para compra de cestas básicas, que abrangeu em sua primeira fase, de agosto a novembro, 8 estados, 31 cidades, beneficiou 20 mil famílias, envolvendo o trabalho de 29 associações comunitárias.

E reforçando nosso compromissos com as melhores práticas de ESG e sustentabilidade, passamos a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e considerada a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo; aderimos ao Programa Na Mão Certa, passando a compor o Pacto Empresarial Contra a Exploração de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, iniciativa da Childhood Brasil, em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e assinamos o ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos.

A VLI tem o compromisso com o consumo consciente e manutenção da qualidade dos cursos d'água e para isso monitora recursos hídricos distribuídos entre águas subterrâneas, superficiais e efluentes, visando garantir a qualidade da água consumida, manuseada e efluentes lançados. Os resultados são analisados proativamente por equipe especializada a fim de assegurar a eficiência dos controles e compromissos legais.

A VLI cuida do meio ambiente por meio de uma gestão ambiental eficiente, com adoção de ações preventivas no sentido de mitigar os impactos associados às atividades da companhia. Buscamos deixar um legado para as gerações futuras com o desenvolvimento socioeconômico atrelado à preservação ambiental, em sintonia com os ideais de governança e respeito à sociedade em geral.

Neste sentido, as equipes de colaboradores são estimuladas na mitigação de riscos e na constante valorização de novas tecnologias e recursos ambientalmente eficazes e sustentáveis.

A área de meio ambiente possui um Plano Diretor com ações estruturantes e indicadores associados aos seus respectivos macrotemas. As ações definidas visam a manutenção dos controles ambientais, atendimento de requisitos legais e mitigação de impactos.

Em 2021, a VLI e empresas do grupo realizaram implantação/manutenção/finalização de mais de 74 hectares de plantio compensatório, monitoramento da fauna na FCA e FNS com 14 campanhas realizadas, ademais 11 áreas contaminadas foram reclassificadas como “Área Reabilitada para Uso Declarado”.

Foram realizadas 300 medições de ruídos e vibrações, em torno, ao longo do ano, com o intuito de continuar zelando pela qualidade do ambiente monitoramentos da qualidade do ar foram realizados por meio de cerca de 90 pontos de estudo.

Transcorrido o ano foram realizadas mais de 900 atividades de educação ambiental contemplando público interno, escolas, associações de bairro, capacitações ambientais e formação de professores em mais de 20 escolas em 09 estados e em 36 municípios. Entre empregados e comunidades, mais de 10.000 participações nas atividades educativas do programa Atitude Ambiental.

A companhia monitorou cerca de 522 pontos ambientalmente, dispersos entre 59 municípios, distribuídos entre águas subterrâneas, águas superficiais e efluentes. Para garantir a qualidade da água consumida, manuseada e efluentes lançados, monitoramentos quali-quantitativos são realizados periodicamente, os resultados são compilados e analisados por equipe especializada a fim de assegurar a eficiência dos controles e compromissos legais.

Contabilizando as renovações e novas emissões, mais de 10 licenças ambientais foram expedidas em nome das empresas da companhia, além da elaboração e protocolo do Relatório Anual de Atendimento de condicionantes da FNS e da FCA e o PBA – Programas Ambientais das empresas citadas. Sobressaltase que houve uma significativa redução no registro de ocorrências ambientais.

Temas ambientais estratégicos, supracitados, para mudança de patamar na cultura ambiental da empresa foram escolhidos, tais como consumo de água nova, geração de resíduos e mudanças climáticas e passaram a ser compromissos públicos e são objetos de metas de ESG para toda a Companhia em 2022 como forma de contribuirmos mais efetivamente para a sociedade e legado para o Planeta.

## **6. Auditores Independentes**

A política de atuação do Grupo na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes do grupo se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do Grupo.

## **7. Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas**

A Política de Distribuição de Dividendos está incluída no Acordo de Acionistas da VLI S.A., e rege a distribuição de dividendos por aquela Companhia e por suas Subsidiárias, sendo que em conjunto com o Estatuto Social da Ferrovia Norte Sul S.A., em seu artigo 31, prevê que pelo menos 25% (vinte e cinco por

cento) dos lucros líquidos anuais, ajustados na forma da lei, serão destinados ao pagamento de dividendos.

**8. Relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício**

Durante o exercício de 2021, não houve aumento de capital social na FNS e em suas sociedades coligadas e/ou controladas.

São Luís, 3 de março de 2022

Administração

**Ferrovias Norte Sul S.A. - FNS**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Balço patrimonial**  
**Em milhares de reais**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	333.241	578.247
Contas a receber	6	17.780	17.197
Estoques		27.777	61.083
Tributos a recuperar	8	28.271	12.529
Despesas pagas antecipadamente		259	2.224
Demais ativos		4.889	4.660
		<b>412.417</b>	<b>675.940</b>
Total do ativo circulante		<b>412.417</b>	<b>675.940</b>
Não circulante			
Contas a receber	6	403.180	372.627
Tributos a recuperar	8	84.321	79.162
Sinistro a recuperar		-	2.180
Demais ativos		9	9
Depósitos judiciais	9	2.458	695
Tributos diferidos sobre o lucro	23(a)	4.179	14.465
		<b>1.455.072</b>	<b>1.402.180</b>
Imobilizado	10	1.455.072	1.402.180
Intangível	11	1.700.900	1.769.246
		<b>3.650.119</b>	<b>3.640.564</b>
Total do ativo não circulante		<b>3.650.119</b>	<b>3.640.564</b>
Total do ativo		<b>4.062.336</b>	<b>4.316.504</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Circulante			
Fornecedores	12	67.445	648.225
Contas a pagar	12	1.063	33.393
Financiamentos	13	1.769	-
Debêntures	13	2.129	-
Instrumentos financeiros derivativos	26.2	-	2.909
Tributos a recolher	14	2.265	2.341
Tributos a recolher sobre o lucro	14	-	20.355
Obrigações sociais e trabalhistas	15	17.877	13.789
Arrendamentos e subconcessão	17	14.231	46.643
Dividendos a pagar	16	274.861	54.457
Antecipações de clientes		5	19
Receitas diferidas		48	48
Demais passivos		92	558
		<b>381.785</b>	<b>822.737</b>
Total do passivo circulante		<b>381.785</b>	<b>822.737</b>

Não circulante			
Fornecedores	12	-	254.234
Financiamentos	13	172.402	-
Debêntures	13	324.083	-
Arrendamentos e subconcessão	17	376.091	334.523
Dividendos a pagar	16	-	325.236
Receitas diferidas		32	79
Benefícios a empregados	25.1	1.424	130
Provisão para processos judiciais	9	36.722	32.102
		<u>910.754</u>	<u>946.304</u>
Total do passivo não circulante		<b>910.754</b>	<b>946.304</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	18		
Capital social		1.859.134	1.859.134
Reservas de lucros		910.663	688.329
		<u>2.769.797</u>	<u>2.547.463</u>
Total do patrimônio líquido		<b>2.769.797</b>	<b>2.547.463</b>
		<u>4.062.336</u>	<u>4.316.504</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>4.062.336</b>	<b>4.316.504</b>

**FERROVIA NORTE SUL S/A**  
**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita líquida dos serviços prestados	19	1.096.580	916.586
Custo dos serviços prestados	20	<u>-657.529</u>	<u>-517.074</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>439.051</u></b>	<b><u>399.512</u></b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		<b><u>-81.110</u></b>	<b><u>-40.552</u></b>
Gerais e administrativas	21(a)	-65.608	-31.490
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21(b)	-15.794	-9.145
Ganho líquidos sobre ativos financeiros	6	<u>292</u>	<u>83</u>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b><u>357.941</u></b>	<b><u>358.960</u></b>
<b>Resultado financeiro</b>	22	<b><u>-28.932</u></b>	<b><u>-5.355</u></b>
Receitas financeiras		21.844	13.236
Despesas financeiras		-43.637	-19.330
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial		<u>-7.139</u>	<u>739</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>329.009</u></b>	<b><u>353.605</u></b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	23	<b><u>-57.051</u></b>	<b><u>-62.609</u></b>
Tributos correntes		-106.632	-124.006
Tributos diferidos		-10.285	300
Incentivos fiscais		<u>59.866</u>	<u>61.097</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>271.958</u></b>	<b><u>290.996</u></b>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ações - R\$	18(b)	0,15	0,16

**Ferrovia Norte Sul S.A. - FNS**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais (Nota 18(c))		
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>1.859.134</b>	<b>64.265</b>	<b>150.405</b>	<b>237.119</b>	-	<b>2.310.923</b>
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	290.996	290.996
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	<b>290.996</b>	<b>290.996</b>
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Constituições de reservas	-	14.718	160.725	61.097	-236.540	-
Dividendos propostos (Nota 16)	-	-	-	-	-54.456	-54.456
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.859.134</b>	<b>78.983</b>	<b>311.130</b>	<b>298.216</b>	-	<b>2.547.463</b>
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	271.958	271.958
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	<b>271.958</b>	<b>271.958</b>
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Constituições de reservas	-	13.598	148.870	59.866	-222.334	-
Dividendos propostos (Nota 16)	-	-	-	-	-49.624	-49.624
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.859.134</b>	<b>92.581</b>	<b>460.000</b>	<b>358.082</b>	-	<b>2.769.797</b>

**Ferrovias Norte Sul S.A. - FNS**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		271.958	290.996
<b>Ajustes de</b>			
Depreciação e amortização	20	205.776	158.395
Provisão para desvalorização de estoques	21(b)	890	118
Perdas de recebíveis	21(b)	658	11.440
Reversões para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	6	-	292
Provisões para processos judiciais, líquidas	9, 21(b) e 22	5.830	4.591
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos	22	-	2.909
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	22	7.139	-
Ajuste a valor presente	22	1.764	1.064
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado	21(b)	14.142	1.942
Despesas com benefícios a empregados		1.378	77
Receitas diferidas		-	48
Tributos correntes		-	15.237
Tributos diferidos sobre o lucro	23(a)	10.285	-
Encargos de fianças	22	590	-
Despesas financeiras – juros sobre empréstimos	22	25.722	-
Amortização de custos de transação	22	270	-
Despesas financeiras – arrendamentos	22	9.926	10.330
		<b>555.988</b>	<b>495.902</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Contas a receber		3.674	885
Instrumentos financeiros derivativos		-	2.909
Estoques		32.415	-
Tributos a recuperar		12.395	15.062
Despesas pagas antecipadamente		1.965	-
Depósitos judiciais		-	1.708
Demais ativos		1.954	634
Fornecedores		-	111.729
Contas a pagar		-	34.094
Tributos a recolher		-	76
Tributos a recolher sobre o lucro		-	312
Obrigações sociais e trabalhistas		-	4.088
Receitas diferidas		-	1
Benefícios a empregados		-	84
Antecipação de clientes		-	14
Provisão para processos judiciais		-	1.211
Demais passivos		-	501
		<b>460.466</b>	<b>609.316</b>
<b>Caixa gerado pelas operações</b>			
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	48.901
		<b>411.565</b>	<b>605.684</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	21(b)	655	272
Aquisição de imobilizado e intangível	4(v), 10 e 11	-	917.509
		<b>916.854</b>	<b>215.481</b>
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de empréstimos com instituições financeiras	13	495.793	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	13	-	21.402
Pagamentos de obrigações de arrendamento	17	-	59.654
Dividendos pagos	16	-	154.454
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		260.283	-
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>245.006</b>	<b>291.737</b>

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	578.247	286.510
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	333.241	578.247

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 4(v).

**Ferrovias Norte Sul S.A. - FNS**  
**Demonstração do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Receitas</b>		
Vendas brutas de serviços	1.140.451	956.789
Outras receitas	48.202	34.322
Perdas por redução ao valor recuperável – reversão / constituição	292	102
	<b>1.188.945</b>	<b>991.213</b>
<b>Menos: Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos dos serviços prestados	-281.938	-216.187
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-238.319	-152.223
Provisão para processos judiciais, líquida de reversões	-8.714	-15.564
Outros	-9.899	-8.275
	<b>-538.870</b>	<b>-392.249</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>650.075</b>	<b>598.964</b>
Depreciação e amortização	-205.776	-158.395
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>444.299</b>	<b>440.569</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras e variações cambiais	55.998	62.790
	<b>55.998</b>	<b>62.790</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>500.297</b>	<b>503.359</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos	80.418	71.515
Remuneração direta	49.028	43.742
Benefícios	19.029	16.537
FGTS	3.610	3.109
Outros	8.751	8.127
Impostos, taxas e contribuições	66.154	74.717
Federais	65.778	72.799
Estaduais	113	1.697
Municipais	263	221
Remuneração de capitais de terceiros	81.767	66.131
Remuneração de capital próprio	271.958	290.996
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>500.297</b>	<b>503.359</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**1 - Contexto operacional**

A Ferrovia Norte Sul S.A. ("FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, com capital aberto, mas sem negociações de ações, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos, renovável por mais 30 anos, a critério das partes. O endereço de sua sede é Avenida dos Portugueses, s/n, Prédio Diln, 1º andar, Sala 01, no município de São Luís, Maranhão.

O controlador final da Companhia é a VLI S.A.

A Companhia detém a concessão de serviços de transporte ferroviário de cargas, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

<b>Concessão</b>	<b>Área de abrangência</b>	<b>Término da Concessão</b>
Malha Norte Sul	Trechos entre Açailândia - MA e Palmas - TO	Dezembro de 2037

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a Companhia e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A ("Valec"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia (MA) e Palmas (TO). O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- (i) 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal.
- (ii) 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal.
- (iii) 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009.
- (iv) 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A Companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia (Notas 6 e 17).

Todos os trechos encontram-se em operação.

**2 - Base de preparação e principais políticas contábeis**

**(a) Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normais internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 3 de março de 2022. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

**(b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

**(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	Alterações à IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 16 - Arrendamentos
Alterações à IAS 1	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

**(i) Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes**

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

**(ii) Alterações à IAS 16 – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido**

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos.

Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

As alterações são aplicadas retrospectivamente, mas apenas para itens do imobilizado que são levados ao local e na condição necessária para que os mesmos sejam capazes de operar da maneira pretendida pela Administração no ou após o início do primeiro período apresentado nas demonstrações financeiras no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez.

A entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) no início do primeiro período apresentado.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida a adoção antecipada.

(iii) Alterações à IAS 37 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

(iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020

As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.

IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

IFRS 16 - Arrendamentos

A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:

- (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento Passivos por Desativação, Restauração e Outros
- (ii) Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo

- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**(d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações**

**Alterações adotadas pela Companhia**

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de juros de referência, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado financeiro, foi colocado em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de estratégias de hedge accounting para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. Comunicado de novembro/2020 da ICE (Intercontinental Exchange) responsável pela metodologia e divulgação da LIBOR informa quanto à intenção de se encerrar a publicação deste benchmark em 30 de junho de 2023.

A adoção da norma não trouxe impactos à Companhia.

Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021

No exercício anterior, a Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16.

Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021.

Em março de 2021, o Board emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações à IFRS 16) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

No exercício social corrente, a Companhia não usufruiu da extensão concedida pela norma.

### **3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos**

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

#### **(a) Estimativas e premissas contábeis críticas**

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

#### **(i) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível**

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

#### **(ii) Provisão para processos judiciais**

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

#### **(iii) Benefícios de planos de previdência privada**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia**

**Subconcessão**

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12 / ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16 / CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, os principais efeitos seriam os seguintes:

- (i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- (ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis da Companhia, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (ii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price cap*" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

**4 - Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

**(c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

**(d) Ativos financeiros**

**Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) – VJR e VJORA
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

**Reconhecimento e desreconhecimento**

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

**Mensuração**

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

**Instrumentos de dívida**

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado.
- Valor justo por meio do resultado.

**(e) Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, aos títulos registrados em contas a receber. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, recebíveis com partes relacionadas; e
- perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- (i) mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira e;
- (ii) mensurar provisões para perdas de crédito esperada para 12 meses para os ativos com características específicas listados abaixo:
  - títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação, dos quais se destacam recebíveis com natureza de “*Take or pay*”; e;

**(i) perda de crédito para vida inteira - *lifetime expected credit losses – lifetime - ECL***

**(ii) perda de crédito esperada para 12 meses – *12 month expected credit losses – 12 month ECL***

---

Segregação da carteira de recebíveis por safras de produção de crédito semestrais  
Segregação de títulos com natureza específica ou com partes relacionadas para evitar contaminação  
Compilação de média linear de 3 safras  
Aplicação do fator de PIB agropecuário como índice de sensibilização futura sobre os percentis de perda

Acompanhamento da evolução do risco de crédito dos créditos específico por se tratarem de títulos com natureza específica

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

**(f) Contas a receber**

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas por redução ao valor recuperável (Nota 4(e)).

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

**(g) Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, que pode ser o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

**(h) Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

**Depreciação**

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Locomotivas e vagões	12
Máquinas, equipamentos e instalações	21
Edifícios e benfeitorias	17
Via permanente	29

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

**(i) Intangível**

***Softwares***

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

**Direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário**

Os direitos adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e se dividem em:

- (i) Direitos de subconcessão - Refere-se ao valor pago e a pagar para operar os trechos de subconcessão para FNS, entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão, até julho de 2037.

**Amortização**

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Softwares, equipamentos e aplicativos de informática	5
Benfeitorias em bens arrendados	25
Direitos de concessão e subconcessão	8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

**(j) Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

**(k) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**(I) Arrendamentos**

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros;
- e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, moeda e garantia, por exemplo.

As taxas de desconto utilizados pela Companhia em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 são:

	<b>FNS</b>
Vagões	de 8,85% a 8,90%
Locomotivas	1,16% a 8,13%
Terminais	de 10,83% a 10,94%

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis, os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12 (33):

<b>Prazos contratuais projetados pelo CDI futuro – BM&amp;F – embasaram o cálculo das taxas incrementais em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>Taxa</b>
1 a 2 anos	7,81% a 8,58%
3 a 4 anos	9,24% a 9,76%
5 a 6 anos	10,10% a 10,38%
7 a 8 anos	10,60% a 10,74%
9 a 10 anos	10,83% a 10,92%
11 a 12 anos	11,00% a 11,06%

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

**(m) Subconcessão**

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as Companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

O contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pela Orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

- (i) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão.
- (ii) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

**(n) Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**(o) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e desde que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A FNS por ser uma atividade de infraestrutura que promove o desenvolvimento da região nordeste do Brasil, possui incentivos Fiscais da SUDENE e SUDAM que são contabilizados com base no IAS 20 / CPC 07. O Lucro da Exploração é um incentivo que reduz o IRPJ corrente em 75%. O incentivo contempla as atividades operacionais exercidas pela FNS no Maranhão e Tocantins.

O Reinvestimento é um incentivo fiscal concedido pela SUDENE que reduz em 30% o IRPJ devido. O valor obtido com este incentivo deve ser revertido em projetos de modernização ou aquisição de equipamento novos.

**(p) Benefícios a empregados**

**Obrigações de aposentadoria**

A Companhia é patrocinadora do Plano Vale Mais e Valia Prev que está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício são calculados nos moldes do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

**Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

**Incentivos de longo prazo**

Os programas de Incentivos de longo prazo oferecidos pelas Companhias FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, “Grupo VLI” ou “Grupo”) (*Matching, Phantom e Retention*) estão descritos na Nota 25. Os referidos incentivos classificam-se como “outros benefícios de longo prazo” pelo CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados e tem seus efeitos reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, respeitando-se o princípio da competência e as melhores estimativas da UVV (“unidades de valor virtual”) a cada data-base de reporte.

**(q) Capital social**

O capital social está representado por ações ordinárias não resgatáveis e sem valor nominal.

**(r) Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transportes ferroviário no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções e descontos.

O reconhecimento das receitas obedece:

- (i) a identificação de um contrato com cliente;
- (ii) a identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) a avaliação das eventuais contraprestações variáveis;
- (iv) a alocação do preço à respectiva obrigação de desempenho;
- (v) o reconhecimento da receita a medida ou no momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, sendo que a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes de carga ferroviários a medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo.

**Receitas de serviços**

A Companhia presta serviços de transportes de carga ferroviários. As vendas são reconhecidas a medida em que os serviços são prestados, ou seja, ao longo da execução dos mesmos e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita, muito embora o faturamento efetivo possa se dar em momento distinto e em linha com as exigências contratuais e legislatórias impostas pelos órgãos reguladores.

A Companhia avalia o período de reconhecimento das receitas de forma tempestiva, efetuando ajustes contábeis para melhor aproximar o cumprimento das obrigações de desempenho que se dão ao longo do tempo versus os eventuais registros por faturamento, conforme exigências contratuais ou dos órgãos reguladores.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**Receitas de indenizações, multas ou *take-or-pay* (“TOP”)**

A Companhia também opera com contratos do tipo *take-or-pay*, em que seus clientes têm a obrigação de adquirirem a prestação de serviços pré-acordadas ou ficam sujeitas a multas pelo seu não cumprimento.

Os volumes de TOP são apurados tempestivamente e individualmente por cada contrato, sendo seu reconhecimento se dando somente com:

- (i) lastro contratual;
- (ii) apuração efetiva das diferenças de volume dos serviços prestados versus contratados;
- (iii) mensuração acurada das tarifas;
- (iv) aceite do cliente quanto as diferenças.

Desta forma, as receitas de TOP se dão ao longo do tempo, sendo faturadas observando as disposições contratuais de cada cliente.

**Receitas de serviços**

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: (i) quando a Companhia cumpre com as obrigações de desempenho; (ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes de carga ferroviários a medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo.

**Receitas financeiras**

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

**Receitas diferidas**

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

**(s) Dividendos**

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, restringidos os efeitos apurados ao resultado e referentes aos incentivos fiscais do exercício e até que esta reserva atinja 20% do capital social.

**(t) Apresentação de informações por segmentos**

Conforme descrito na Nota 24, A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**(u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado (“DVA”), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

**(v) Fluxo de caixa**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

As transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão representadas pelas:

- (i) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do CPC 06 / IFRS 16 no montante de R\$ 17.309 (Notas 10 e 17);
- (ii) aquisição de material rodante da controladora já liquidado e no montante de R\$ 726.383 (Nota 7);
- (iii) provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 49.624, referentes ao resultado do exercício de 2021 (Nota 16).
- (iv) Provisão de estoques para intangíveis no montante de R\$ 2 (Nota 11).

As transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão representadas pelas:

- (i) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do CPC 06 / IFRS 16 no montante de R\$ 5.839 (Notas 10 e 17);
- (ii) aquisição de material rodante da controladora ainda não liquidado e no montante de R\$ 726.383 (Nota 7);
- (iii) provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 54.456, referentes ao resultado do exercício de 2020 (Nota 16); e
- (iv) adições de direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do CPC 06 / IFRS 16 no montante de R\$ 27.670 (Notas 10 e 17).

**5 - Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	1.092	483
Aplicações financeiras (i)	<u>332.149</u>	<u>577.764</u>
	<u><b>333.241</b></u>	<u><b>578.247</b></u>

- (i) Aplicações em operações compromissadas e em certificados de depósitos bancários de curto prazo indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com remuneração média de 104,01% (2020 – 104,51%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

## FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 6 - Contas a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>		
Contas a receber de terceiros	16.640	15.521
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 7)	1.260	2.089
Menos: Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	<u>(120)</u>	<u>(413)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>17.780</u>	<u>17.197</u>
<b>Não circulante</b>		
Contas a receber - Valec (i)	393.465	358.321
Contas a receber de terceiros	9.715	14.306
	<u>403.180</u>	<u>372.627</u>
	<u>420.960</u>	<u>389.824</u>

(i) Saldo referente a:

- (a) Multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários, objetos do contrato de subconcessão celebrado entre a FNS e a Engenharia Construções e Ferrovias S.A. ("Valec") no montante de R\$ 274.746 (2020 - R\$ 239.602). Os valores contabilizados, já reconhecidos pela Valec, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante, em decorrência de não estar determinado o fluxo de recebimento e são corrigidos anualmente pelo IGP-DI, conforme contrato.
- (b) Termo de Compromisso ("TC") celebrado entre a FNS, o IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") e a Valec no montante de R\$ 118.719 (2020 - R\$ 118.719). Este termo de compromisso obriga a Companhia a apresentar o levantamento atualizado dos passivos ambientais, existentes nos trechos em operação da ferrovia, e a apresentar plano de trabalho, perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale, para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais. Os ativos advindos das regularizações perante ao IBAMA são de posse e propriedade da FNS.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui passivos com a Valec nos montantes de R\$ 286.141 (2020 - R\$ 245.616), respectivamente (Nota 17). Os ativos supracitados não possuem valores em provisão para perda, uma vez que há montantes retidos para pagamento relevantes; há acordos firmados entre as partes que sustentam os ativos; o devedor de última instância é a União.

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber seguem:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Método simplificado</b>		
Saldo no início do exercício	(55)	(156)
(+) Aumento	(66)	(691)
(-) Redução	<u>-</u>	<u>792</u>
<b>Saldo ao final do exercício</b>	<u>(121)</u>	<u>(55)</u>
<b>Take or pay e multas (acompanhamento do risco de crédito)</b>		
Saldo no início do exercício	(358)	(358)
(+) Aumento	(5.918)	-
(-) Redução	6.276	-
<b>Saldo ao final do exercício</b>	<u>-</u>	<u>(358)</u>
	<u>(121)</u>	<u>(413)</u>
Variação operacional - resultado	292	83
Variação financeira - resultado	<u>-</u>	<u>18</u>
	<u>292</u>	<u>101</u>

# FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir, estando sujeito ao provisionamento para perdas de crédito conforme política interna da Companhia:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	419.344	389.542
Vencidos até 3 meses	37	-
Vencidos de 3 a 6 meses	2	-
Vencidos acima 6 meses	1.697	695
	<u>421.080</u>	<u>390.237</u>
Contas a receber de clientes	<u>421.080</u>	<u>390.237</u>

### 7 - Partes relacionadas

<b>Balço patrimonial</b>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber (i) (Nota 6)		
Entidades sob o controle da Controladora	105	30
Outras	1.155	2.059
	<u>1.260</u>	<u>2.089</u>
<b>Passivo circulante</b>		
Fornecedores (ii) (Nota 12)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.) (iv)	3.844	475.534
Controladora final (VLI S.A.)	706	564
Entidades sob o controle da Controladora	2.719	9.531
Outras	934	3.122
	<u>8.203</u>	<u>488.751</u>
Obrigações por arrendamento (iii)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	-	17.483
Outras	9.347	10.655
	<u>9.347</u>	<u>28.138</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Fornecedores (ii) (Nota 12)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.) (iv)	-	254.234
	<u>-</u>	<u>254.234</u>
Obrigações por arrendamento (iii)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	86.140	71.386
Outras	3.809	12.861
	<u>89.949</u>	<u>84.247</u>

## FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas</b>		
Receita bruta de serviços prestados Controladora (VLI Multimodal S.A.)	11.767	17.275
	<b>11.767</b>	<b>17.275</b>
Receita de aluguel de locomotivas e estadia de vagões (v) Controladora (VLI Multimodal S.A.)	-	18.680
	-	<b>18.680</b>
<b>Custos e despesas</b>		
Custo com direito de passagem (vi) Outras	(123.435)	(97.693)
	<b>(123.435)</b>	<b>(97.693)</b>
Custo dos serviços Outras	(880)	(1.008)
	<b>(880)</b>	<b>(1.008)</b>
Custos Compartilhados Entidades sob o controle da Controladora	(11.416)	-
	<b>(11.416)</b>	-
Previdência complementar Outras	(606)	(635)
	<b>(606)</b>	<b>(635)</b>
Outras receitas (despesas) operacionais (vii) Controladora final (VLI S.A.) Controladora (VLI Multimodal S.A.) Outras	(11.000) (23.882) 44	(22.007) (6.184) 2.632
	<b>(34.838)</b>	<b>(25.559)</b>

- (i) Os créditos com empresas ligadas no ativo circulante representam os valores que a FNS tem a receber pela venda de seus serviços.
- (ii) O saldo a pagar no passivo circulante é referente a compra de serviços, materiais, compartilhamento de gastos e/ou itens para o ativo imobilizado.
- (iii) Referem-se as obrigações de arrendamento de locomotivas e terminais perante a VLI Multimodal S.A. e vagões perante a Mitsui Rail Capital (“MRC”) (empresa do Grupo Mitsui e acionista indireto de FNS). Com base no CPC 06 (R2) / IFRS 16, os efeitos de contabilização no resultado são registrados como depreciação (Nota 20) e despesas financeiras (Nota 22).
- (iv) Substancialmente representado pela venda de material rodante realizada em dezembro de 2020 da VMM para a FNS, no montante de R\$ 726.383, embasado em valor justo de mercado e cuja liquidação já se deu em 2021.
- (v) As receitas com partes relacionadas representam a prestação de serviços de fretes, venda de direitos de opção de capacidade, aluguel de locomotivas e venda de outros materiais.
- (vi) Os custos com direito de passagem com a Vale representam os valores gastos com a utilização da via ferroviária da Estrada de Ferro Carajás – EFC.
- (vii) Saldos referem-se substancialmente a despesas com compartilhamento de gastos, representando os gastos com serviços prestados envolvendo os processos transacionais de suprimentos, financeiro, recursos humanos, TI, jurídico e outros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas com compartilhamento de gastos		
Controladora final (VLI S.A.)	(11.000)	(6.184)
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	<u>(23.882)</u>	<u>(22.007)</u>
	<u><b>(34.882)</b></u>	<u><b>(28.191)</b></u>

**7.1 – Remuneração do pessoal chave da Administração**

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), com o respectivo reembolso no Grupo (Companhias FNS, FCA, VLI, Ultrafertil e VLI Multimodal S.A., em conjunto, “Grupo VLI” ou “Grupo”) via contrato de compartilhamento de despesas (Nota 21(a)).

**8 - Tributos a recuperar**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>		
ICMS a recuperar	-	2.405
PIS e COFINS a compensar	18.283	2.485
Saldos de declaração – imposto de renda e contribuição social	9.988	6.721
Outros	-	918
	<u><b>28.271</b></u>	<u><b>12.529</b></u>
<b>Não Circulante</b>		
ICMS a recuperar	57.570	52.746
PIS e COFINS a compensar	26.405	26.123
INSS	346	293
	<u><b>84.321</b></u>	<u><b>79.162</b></u>
	<u><b>112.592</b></u>	<u><b>91.691</b></u>

**9 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, ambientais e previdenciárias em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações está descrita na Nota 9.1, sendo eventuais valores de reembolso e o momento das suas realizações incertos.

**Saldos dos depósitos e processos judiciais:**

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para processos judiciais</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para processos Judiciais</u>
Trabalhistas	500	3.325	173	3.995
Cível	-	216	284	1
Tributárias	<u>1.958</u>	<u>33.181</u>	<u>238</u>	<u>28.106</u>
	<u><b>2.458</b></u>	<u><b>36.722</b></u>	<u><b>695</b></u>	<u><b>32.102</b></u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições/ reversões</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Adições/ reversões juros e atualização monetária</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas	3.995	627	(580)	(717)	3.325
Cíveis	1	477	(308)	46	216
Tributárias	28.106	6.955	(322)	(1.558)	33.181
	<b>32.102</b>	<b>8.059</b>	<b>(1.210)</b>	<b>(2.229)</b>	<b>36.722</b>

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições/ reversões</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Adições/ reversões juros e atualização monetária</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	1.641	1.798	(390)	946	3.995
Cíveis	-	7	(14)	8	1
Tributárias	26.291	3.496	(17)	(1.664)	28.106
	<b>27.932</b>	<b>5.301</b>	<b>(421)</b>	<b>(710)</b>	<b>32.102</b>

9.1 – Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes com prognóstico de perda possível no montante aproximado de R\$ 71.217 (2020 - R\$ 194.750), referente a causas de natureza trabalhista, cível e tributária.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas (a)	1.705	3.227
Cíveis/regulatórios (b)	52.914	73.128
Tributárias (c)	11.168	118.395
Ambientais	5.430	-
	<b>71.217</b>	<b>194.750</b>

(a) Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FNS e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por responsabilidade subsidiária no pagamento de verbas rescisórias e trabalhistas não quitadas por ex-fornecedores da companhia que hoje se encontram insolventes no mercado, bem como pedidos de horas extras; ausência de intervalo intrajornada; pagamento de adicional de insalubridade, pagamento de adicional de periculosidade.

(b) Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FNS que alegam prejuízos contratuais e desequilíbrio econômico financeiro no contrato, ações anulatórias e ações de cobranças de estadia realizadas por caminhoneiros e transportadoras.

Regulatórios: trata-se de autos de infração da ANTT originários de alegação de descumprimento do contrato de subconcessão (Metas de Produção, Receitas Alternativas, Manutenção de ativos).

(c) Tributárias: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS

## FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.

Sumário das principais causas:

Natureza	Tipo de ação	Valor em risco possível	Breve descrição do processo
Regulatória	Processo administrativo	R\$ 11.785	<b>Objeto:</b> Metas de Produção FCA 2019. Processo administrativo de multa da ANTT, por não batimento das metas de produção de 2019. <b>Andamento atual:</b> Aguardando decisão de 1ª Instancia administrativa.
Regulatória	Processo administrativo	R\$ 8.887	<b>Objeto:</b> Metas de Produção FNS 2016. Processo administrativo de multa da ANTT, por não batimento das metas de produção de 2016. <b>Andamento atual:</b> Aguardando decisão de 2ª Instancia administrativa.
Regulatória	Processo administrativo	R\$ 9,014	<b>Objeto:</b> Receitas alternativas FNS 2015 a 2019 - Locação de Material Rodante. Processo administrativo de cobrança da ANTT relativo a incidência de percentual sobre o faturamento do contrato de locação de material rodante entre FCA e VLI. <b>Andamento atual:</b> Espera-se decisão de 2ª instância administrativa.

**FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**10 – Imobilizado**

	<b>Terrenos, edifícios e benfeitorias</b>	<b>Máquinas, equipamentos, e instalações e veículos (b)</b>	<b>Locomotivas e vagões (b)</b>	<b>Via permanente</b>	<b>Imobilizado em andamento (a)</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Valor de custo</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.702	320.743	228.478	31.359	85.042	1.641	710.965
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 17)	-	4.947	892	-	-	-	5.839
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	27.670	-	-	-	27.670
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(3.287)	(128)	-	-	-	(3.415)
Adições	-	-	-	-	922.568	-	922.568
Baixas	-	(2.063)	(3.936)	(435)	-	-	(6.434)
Transferências	(29.196)	56.646	755.035	10.765	(883.434)	(1.641)	(91.825)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>14.506</b>	<b>376.986</b>	<b>1.008.011</b>	<b>41.689</b>	<b>124.176</b>	<b>-</b>	<b>1.565.368</b>
<b>Valor de depreciação</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(7.945)	(36.574)	(60.166)	(10.698)	-	(120)	(115.503)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(3.474)	(18.666)	-	-	-	(22.140)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	589	(471)	-	-	-	118
Adições	(2.150)	(13.991)	(10.869)	(2.821)	-	(56)	(29.887)
Baixas	-	1.238	2.953	33	-	-	4.224
Transferências	6.901	(7.078)	-	-	-	177	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(3.194)</b>	<b>(59.290)</b>	<b>(87.219)</b>	<b>(13.486)</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>(163.188)</b>
<b>Valor de custo</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.506	376.986	1.008.011	41.689	124.176	-	1.565.368
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 17)	-	16.518	792	-	-	-	17.309
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	(56)	-	-	-	(56)
Adições	-	-	1.333	-	179.971	-	181.304
Baixas	-	(12.893)	(6.060)	(3)	-	-	(18.956)
Transferências	3	39.429	101.122	5.848	(184.401)	-	(38.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>14.509</b>	<b>420.039</b>	<b>1.105.141</b>	<b>47.535</b>	<b>119.746</b>	<b>-</b>	<b>1.706.969</b>

**FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Terrenos, edifícios e benfeitorias</b>	<b>Máquinas, equipamentos, e instalações e veículos (b)</b>	<b>Locomotivas e vagões (b)</b>	<b>Via permanente</b>	<b>Imobilizado em andamento (a)</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Valor de depreciação</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.194)	(59.290)	(87.219)	(13.486)	1	-	(163.188)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(4.441)	(21.985)	-	-	-	(26.426)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	(627)	-	-	-	(627)
Adições	(582)	(20.735)	(40.580)	(3.919)	-	-	(65.816)
Baixas	-	3.475	683	1	-	-	4.159
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(3.776)</b>	<b>(80.991)</b>	<b>(149.728)</b>	<b>(17.404)</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>(251.898)</b>
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	11.312	317.696	920.792	28.203	124.177	-	1.402.180
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	10.733	339.048	955.413	30.131	119.747	-	1.455.072

A Companhia não concedeu bens em penhora como garantia do juízo, em atendimento às suas execuções judiciais.

- (a) O imobilizado em andamento está substancialmente localizado no corredor Centro-Norte, sendo representado pela construção de oficinas e postos de abastecimento e pelas obras nos postos, oficinas e pátios.
- (b) Em 31 de dezembro de 2021, os direitos de uso de arrendamento registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e referentes a locomotivas, vagões e terminais montam respectivamente a R\$ 23.298, R\$ 37.034 e R\$ 71.426 (2020 - R\$ 43.656, R\$ 38.552 e R\$ 59.350, respectivamente).
- (c) As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e da concessão.

**FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**11 – Intangível**

	Direitos de subconcessão (a)	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento (b)	Total
<b>Valor de custo</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.776.431	263	710.235	27.727	2.514.656
Adição	-	-	-	19.565	19.565
Baixas	-	-	(5)	-	(5)
Transferências	-	-	40.139	51.687	91.826
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.776.431</b>	<b>263</b>	<b>750.369</b>	<b>98.979</b>	<b>2.626.042</b>
<b>Valor de amortização</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(627.482)	(151)	(120.247)	-	(747.880)
Adições	(64.127)	(48)	(44.742)	-	(108.917)
Baixas	-	-	1	-	1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(691.609)</b>	<b>(199)</b>	<b>(164.988)</b>	<b>-</b>	<b>(856.796)</b>
<b>Valor de custo</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.776.431	263	750.369	98.979	2.626.042
Adição	-	-	-	9.822	9.822
Provisão para baixa de estoques	-	-	-	(2)	(2)
Transferências	-	140	108.231	(70.371)	38.000
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.776.431</b>	<b>403</b>	<b>858.600</b>	<b>38.428</b>	<b>2.673.862</b>
<b>Valor de amortização</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(691.609)	(199)	(164.988)	-	(856.796)
Adições	(64.127)	(66)	(51.973)	-	(116.166)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(755.736)</b>	<b>(265)</b>	<b>(216.961)</b>	<b>-</b>	<b>(972.962)</b>
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	1.084.822	64	585.381	98.979	1.769.246
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	1.020.695	138	641.639	38.428	1.700.900

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(a) O direito de subconcessão está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação, para operar os trechos descritos na Nota 1, acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer. A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

(b) O intangível em andamento está substancialmente representado pelas substituições em via permanente e a expansão de pátios e terminais.

(c) As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e da concessão.

**12 - Fornecedores e contas a pagar**

O saldo de fornecedores e contas a pagar refere-se substancialmente a compra de serviços e combustíveis destinados a operação e manutenção da via permanente, bem como aquisição de material rodante com a VMM, controladora da FNS (Nota 7).

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores - terceiros (a)	59.242	159.474
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 7)	8.203	488.751
<b>Total de fornecedores</b>	<u><b>67.445</b></u>	<u><b>648.225</b></u>
Contas a pagar (b)	1.063	33.393
<b>Total de contas a pagar</b>	<u><b>1.063</b></u>	<u><b>33.393</b></u>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 7)	-	254.234
	<u>-</u>	<u><b>254.234</b></u>

(a) Vide abertura abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Mercado interno	59.192	106.404
Mercado externo	50	53.070
	<u><b>59.242</b></u>	<u><b>159.474</b></u>

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto as instituições financeiras.

Até 31 de dezembro de 2021, todos os títulos a pagar possuíam prazos de pagamentos de até 90 dias.

Até 31 de dezembro de 2020, os títulos a pagar totalizavam R\$ 33.393, com prazo de pagamento de 360 dias, sendo o último vencimento a pagar em 12 de agosto de 2021. Não há aquisições com prazos de pagamentos de até 90 dias.

**FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**13 – Financiamentos e debêntures**

	<u>Encargos financeiros</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Circulante</b>		
Cédula de crédito bancário	IPCA + 0,9581% a 1,1272%	466
NCE	CDI + 1,62%	1.457
Debêntures	CDI + 1,70%	2.397
Custo de transação		(422)
<b>Total circulante</b>		<b>3.898</b>
<b>Não circulante</b>		
Financiamento local	IPCA + 0,9581% a 1,1272%	86.299
NCE	CDI + 1,62%	87.000
Debêntures	CDI + 1,70%	325.000
Custo de transação		(1.814)
<b>Total não circulante</b>		<b>496.485</b>
		<b>500.383</b>

**13.1 - Movimentação dos financiamentos e debêntures**

	<u>Adição</u>			<u>Amortização</u>		<u>31/12/2021</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros apropriados</u>	<u>Custos de transação</u>	<u>Juros pagos</u>	
Cédula de crédito bancário	-	86.299	7.552	-	(7.086)	86.765
NCE	-	87.000	4.173	-	(2.716)	88.457
Debêntures	-	325.000	13.997	-	(11.600)	327.397
Custos de transação	-	-	-	(2.506)	270	(2.236)
	<b>-</b>	<b>498.299</b>	<b>25.722</b>	<b>(2.506)</b>	<b>(21.402)</b>	<b>500.383</b>

	<u>Em 31 de dezembro de 2021</u>		
	<u>Nota de empréstimos</u>	<u>Demonstração dos fluxos de caixa</u>	<u>Diferença</u>
<b>Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa</b>			
Captação de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	498.299	495.793	-
Custos de transação expurgados da demonstração dos fluxos de caixa	(2.506)		
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(21.402)	(21.402)	-

**13.2 - Parcelas de longo prazo dos financiamentos e debêntures**

	<u>31/12/2021</u>
De um a dois anos	110.076
De dois a três anos	115.187
De três a quatro anos	120.693
De quatro a cinco anos	93.852
Acima de cinco anos	56.677
	<b>496.485</b>

## FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 13.3 - Garantias

A Companhia concedeu garantias para parte de seus financiamentos, conforme indicado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Garantias</u>
Cédula de crédito bancário – ano 2021	86.299	Fiança bancária e alienação fiduciária de material rodante (i)
	<u>86.299</u>	

(i) Saldos das garantias de alienação fiduciária atreladas as captações, em 31 de dezembro de 2021.

As garantias cobrem a totalidade dos saldos remanescentes dos financiamentos listados acima.

#### 13.4 - Covenants

A FNS possui contratos de dívidas com cláusulas não financeiras e os seguintes índices financeiros (“Covenants”), com obrigação de medição anual com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, cujas definições estão explícitas no instrumento contratual:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e;

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu a todos os *covenants* financeiros e não financeiros.

#### 14 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Tributos a recolher</b>		
ICMS	90	108
Imposto de renda retido na fonte	1.211	1.113
PIS e COFINS	389	1.013
ISSQN	575	105
Outros	-	2
	<u>2.265</u>	<u>2.341</u>
<b>Tributos a recolher sobre o lucro</b>		
Imposto de renda e contribuição social	-	20.355
	-	<u>20.355</u>
	<u>2.265</u>	<u>22.696</u>

#### 15 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários e encargos	4.074	1.536
Provisão para férias e 13º salário	4.698	4.329
Participação nos resultados	9.030	7.400
Outros	75	524
	<u>17.877</u>	<u>13.789</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**16 - Dividendos a pagar**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os dividendos de R\$ 49.624 (2020 - R\$ 54.457) foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e reserva de incentivos fiscais. Os dividendos oriundos do exercício de 2020 foram pagos em setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, os dividendos de R\$ 225.237 dos R\$ 325.237 deliberados de forma adicional em 2019, ainda se encontram pendentes de pagamento, com previsão de liquidação em 2022, tendo sido R\$ 100.000 pagos em outubro de 2021.

**17 – Arrendamentos e subconcessão**

	Saldo em 31/12/2020	Pagamentos	Juros apropriados	Atualizações monetárias	Outros	Saldo em 31/12/2021
Subconcessão a pagar (a)	245.616	-	-	40.525	-	286.141
Vagões (b)	23.516	(12.701)	1.552	789	-	13.156
Locomotivas (b)	40.646	(36.640)	910	3	(34)	4.885
Terminais (b)	71.388	(10.313)	8.550	16.517	(2)	86.140
	<b>381.166</b>	<b>(59.654)</b>	<b>11.012</b>	<b>57.834</b>	<b>(36)</b>	<b>390.322</b>
<b>Circulante</b>	<b>46.643</b>					<b>14.231</b>
<b>Não circulante</b>	<b>334.523</b>					<b>376.091</b>

	Saldo em 31/12/2019	Pagamentos	Juros apropriados	Atualizações monetárias	Adições	Outros	Saldo em 31/12/2020
Subconcessão a pagar (a)	197.626	-	-	47.990	-	-	245.616
Vagões (b)	33.138	(12.620)	2.370	839	-	(211)	23.516
Locomotivas (b)	33.506	(22.707)	2.111	53	27.670	13	40.646
Terminais (b)	71.375	(8.375)	7.084	4.947	-	(3.643)	71.388
	<b>335.645</b>	<b>(43.702)</b>	<b>11.565</b>	<b>53.829</b>	<b>27.670</b>	<b>(3.841)</b>	<b>381.166</b>
<b>Circulante</b>	<b>26.717</b>						<b>46.643</b>
<b>Não circulante</b>	<b>308.928</b>						<b>334.523</b>

- (a) A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 286.141 (2020 - R\$ 245.616).

Em 8 de março de 2013, a Companhia celebrou com a Valec “Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações” do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

## FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

- (b) Em 31 de dezembro de 2021, refere-se as obrigações por arrendamento de locomotivas, vagões e terminais, que foram registradas em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Abaixo segue a mensuração dos efeitos no resultado de contratos que não estão incluídos no passivo de arrendamento:

	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Arrendamentos de curto prazo	132	3.096
Pagamentos variáveis não reconhecidos nos arrendamentos	1.021	6.465
Efeitos expediente prático CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Revisão 16/2020	-	(1.613)
Ativos de baixo valor	465	379
Ativos nos quais não se qualifica controle	3.036	1.552
	<b>4.654</b>	<b>9.879</b>

#### 17.1 – Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos previstos para pagamento.

	31/12/2021 Valor presente	Direito potencial Fluxo de caixa nominal
Contraprestação de arrendamento	9.637	27.800
	31/12/2020 Valor presente	Direito potencial Fluxo de caixa nominal
Contraprestação de arrendamento	12.538	30.486

#### 17.2 - Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada.

Em atendimento ao Ofício-circular 02/2019 da CVM e dada a realidade atual das taxas de juros no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre as informações registradas em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e os valores que se teriam registrados, fossem consideradas as inflações projetadas.

As variações discriminadas são fruto não somente da inserção nos fluxos de caixa dos efeitos de inflação previstos, bem como os efeitos de desconto dos fluxos de caixa pelas taxas incrementais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 31 de dezembro de 2021		
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Varição - %
Passivo de arrendamento	104.181	145.639	39,8%
Direito de uso	131.760	152.164	15,5%
Despesas financeiras (bruta)	(11.012)	(15.032)	36,5%
Depreciação (bruta)	(26.426)	(27.535)	4,2%
	Em 31 de dezembro de 2020		
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Varição - %
Passivo de arrendamento	135.550	177.383	30,9%
Direito de uso	141.558	171.094	20,9%
Despesas financeiras (bruta)	(11.565)	(15.664)	35,4%
Depreciação (bruta)	(22.022)	(23.788)	8,0%

**18 - Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

O capital social da Companhia e de posse da VLI Multimodal S.A. em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.859.134 representado por 1.835.966.791 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**(b) Lucro básico e diluído por ação**

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro por ação.

	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	271.958
(1.835.966.791x 12/12)	<u>1.835.966.791</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	<u>0,15</u>
	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	290.996
(1.835.966.791x 12/12)	<u>1.835.966.791</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído ação - R\$	<u>0,16</u>

**(c) Reservas de lucros**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE até dezembro de 2024 e de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até dezembro de 2025. Vide Nota 23(c).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**19 - Receita líquida dos serviços prestados**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Receita bruta</b>		
Receita de transporte ferroviário e serviços acessórios	1.140.451	938.109
Receita de aluguel de locomotivas e estadia de vagões	-	18.680
	<u><b>1.140.451</b></u>	<u><b>956.789</b></u>
<b>Impostos sobre serviços</b>		
ICMS	(25.205)	(22.467)
PIS	(3.330)	(3.164)
COFINS	(15.337)	(14.572)
	<u><b>(43.872)</b></u>	<u><b>(40.203)</b></u>
<b>Receita líquida dos serviços prestados</b>	<u><b>1.096.580</b></u>	<u><b>916.586</b></u>

**20 - Custo dos serviços prestados**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(86.934)	(77.976)
Material	(14.688)	(14.558)
Combustíveis	(114.789)	(72.373)
Serviços contratados	(36.830)	(27.817)
Partilha de frete	(179.936)	(140.918)
Depreciação e amortização (i)	(205.776)	(158.395)
Tributos e taxas	(1.016)	(1.157)
Aluguéis	(4.654)	(9.879)
Seguros	(5.211)	(4.092)
Utilities	(4.348)	(4.663)
Viagens	(3.317)	(3.139)
Outros	(30)	(2.107)
	<u><b>(657.529)</b></u>	<u><b>(517.074)</b></u>

(i) Contempla R\$ 26.426 (2020 - R\$ 22.140) referente a depreciação dos direitos de uso de arrendamento e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 4.389 (2020 – R\$ 3.168) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM através do Ofício-circular 02/2019.

**21 - Receitas (despesas) operacionais**

**(a) Despesas gerais e administrativas**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aluguéis	(133)	(60)
Compartilhamento de despesas (i)	(34.882)	(28.191)
Pessoal	(521)	(348)
Material	(74)	(224)
Tributos e taxas	(40)	(51)
Serviços contratados	(27.624)	(828)
Viagens	(16)	(69)
Outros	(2.318)	(1.719)
	<u><b>(65.608)</b></u>	<u><b>(31.490)</b></u>

(i) Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada indireta da VLI S.A. foi celebrado entre as partes um acordo de cooperação para compartilhamento de custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora. O prazo de vigência do referido acordo é até 2027.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Venda de materiais	21.786	19.030
Recuperação de despesas	600	2.569
Receita com venda de ativos	655	272
Exploração da faixa de domínio	284	158
<i>Take or Pay (i)</i>	690	-
Indenização de clientes	5.042	2.422
Outras	89	1.068
	<b>29.146</b>	<b>25.519</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Tributárias	(5.282)	(3.992)
Custo com baixa de ativos	(14.797)	(2.214)
Custo com venda de materiais	(1.773)	(1.063)
<i>Take or pay (i)</i> e indenizações	(9.665)	(5.796)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.244)	(2.570)
Perda de recebíveis	(658)	(11.440)
Provisão para desvalorização de estoques	(890)	-
Provisão para processos judiciais	(8.059)	(5.301)
Outras	(2.572)	(2.288)
	<b>(44.940)</b>	<b>(34.664)</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	<b>(15.794)</b>	<b>(9.145)</b>

- (i) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (*Take or Pay*).

22 - Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	17.996	11.521
Juros, taxa e multas de mora	75	733
Instrumentos financeiros derivativos – NDFs realizadas	1.544	171
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável (Nota 6)	-	18
Reversão de juros sobre provisão de risco e contingências judiciais	2.229	710
Outras	-	83
	<b>21.844</b>	<b>13.236</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas com IOF	(19)	(2)
Despesas com seguro garantia	(60)	(16)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(25.722)	-
Encargos com custo de transação sobre empréstimos e financiamentos	(270)	-
Encargos por atraso	(2.103)	(2.053)
Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(3.145)	(2.822)
Despesas com comissão e fiança	(590)	-
Juros, taxas e multas	(38)	(134)
Marcação a mercado – NDF	-	(2.909)
Despesas financeiras – arrendamento (i)	(9.926)	(10.330)
Ajuste a valor presente	(1.764)	(1.064)
	<u>(43.637)</u>	<u>(19.330)</u>
<b>Receitas (despesas) com variação monetária e cambial</b>	<u>(7.139)</u>	<u>739</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(28.932)</u>	<u>(5.355)</u>

- (i) Representado pelos efeitos do custo financeiro dos arrendamentos e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 1.086 (2020 – R\$ 874) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM.

## 23 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

### (a) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia efetua o reconhecimento dos impostos diferidos sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, os prejuízos fiscais apurados e as bases de cálculo negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, na medida em que forem consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

#### Composição dos tributos diferidos ativos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Perdas por redução ao valor recuperável	41	140
Provisão para processos judiciais	12.467	11.004
Ajuste a valor presente	492	226
Participação nos resultados	3.070	2.516
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	3.454	-
Outras	5.217	3.420
	<u>24.741</u>	<u>17.306</u>
<b>Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos</b>	<u>24.741</u>	<u>17.306</u>

A Companhia possui saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (imposto de renda) e base de cálculo negativa (contribuição social). A Companhia possui expectativa de rentabilidade futura, com base em orçamento e plano de negócio aprovado pela Administração, de forma a substanciar a recuperabilidade deste ativo.

A expectativa de realização dos créditos relativos às adições temporárias, ocorrerá da seguinte forma:

Ano	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2021	-	4.375
2022	8.789	1.633
2023	1.772	1.633
2024	1.772	1.633
2025	1.772	1.600
2026 em diante	10.635	6.432
	<u>24.741</u>	<u>17.306</u>

**FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**Composição dos tributos diferidos passivos:**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(4.648)	(2.841)
Depreciação acelerada	(15.914)	-
<b>Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos</b>	<u>(20.562)</u>	<u>(2.841)</u>
<b>Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos</b>	<u>4.179</u>	<u>14.465</u>

A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:

<b>Ano</b>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2023	(775)	(775)
2024	(1.911)	(1.911)
2025	(1.866)	(155)
2026	(95)	-
2030 em diante	(15.914)	-
	<u>(20.562)</u>	<u>(2.841)</u>

**Movimentação dos tributos diferidos:**

	<u>31/12/2019</u>	<u>Efeito no resultado</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Efeito no resultado</u>	<u>31/12/2021</u>
Perdas por redução ao valor recuperável	175	(35)	140	(99)	41
Provisão para processos judiciais	9.605	1.400	11.005	1.462	12.467
Ajuste a valor presente	492	(266)	226	266	492
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	56	(2.898)	(2.842)	(1.806)	(4.648)
Participação nos resultados	2.949	(433)	2.516	554	3.070
Depreciação acelerada	-	-	-	(15.914)	(15.914)
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	-	3.454	3.454
Outras	888	2.532	3.420	1.797	5.217
	<u>14.165</u>	<u>300</u>	<u>14.465</u>	<u>(10.285)</u>	<u>4.179</u>

**(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<u>329.009</u>	<u>353.605</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes - alíquota - 34%	(111.863)	(120.226)
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>		
Lucro da exploração (SUDAM e SUDENE) e programa de alimentação do trabalhador (PAT), Lei Rouanet e outros	62.379	64.004
Despesas não dedutíveis	(766)	(560)
Perdas de recebíveis não cobráveis	(223)	(3.890)
Custos com baixa de ativos	(5.031)	(761)
Diferença de bases imposto de renda e contribuição social (ILP)	263	316
Outras	(1.810)	(1.492)
	<u>54.812</u>	<u>57.617</u>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<u>(57.051)</u>	<u>(62.609)</u>
Alíquota efetiva	(17,34%)	(17,71%)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos**

A Companhia é beneficiada por incentivos fiscais do imposto de renda sobre as receitas auferidas nos transportes ferroviários de carga geral efetuados a partir dos Estados do Maranhão e do Tocantins. Os Incentivos foram concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE até dezembro de 2025 e de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até dezembro de 2026 e consistem no direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-ressituíveis calculados sobre o lucro da exploração.

Os benefícios são registrados contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação, não sendo permitida a distribuição dos lucros auferidos pelos incentivos fiscais

Abaixo a composição por unidades dos incentivos fiscais:

Unidades FNS	Percentual	31/12/2021	31/12/2020
SUDAM (TO)	59,28%	35.491	35.955
SUDENE (MA)	40,72%	24.375	25.142
	100,00%	<b>59.866</b>	<b>61.097</b>

**24 - Informações por segmento de negócios**

As informações reportadas ao Conselho de Administração (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos se concentram nas estruturas das operações de concessões ferroviárias, concessão de portos e multimodalidade, sendo que a Companhia possui exposição somente ao segmento de concessão ferroviária.

**25 - Benefícios a empregados**

**25.1 - Incentivos de longo prazo**

Os programas de incentivo de longo prazo das empresas FNS, FCA, VLI, Ultrafertil e VLI Multimodal S.A. tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos seus executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último se iniciou em 1º de abril de 2021, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização do Grupo neste exercício. Os programas vigentes atualmente no Grupo são:

*Matching*: é um programa facultativo que tem como premissa estimular o comprometimento dos executivos com a estratégia do Grupo, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. Em linhas gerais, o programa é baseado na aquisição de “ações virtuais” a partir do investimento do executivo e na contrapartida (*matching*) do Grupo com base na opção de adesão ao programa. O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das “ações virtuais” adquiridas pelo empregado e da contrapartida do Grupo, ambos são calculados com base no preço de concessão da ação virtual versus o preço de resgate após o *vesting*. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

*Phantom*: é um programa compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar de acordo com o crescimento do Grupo. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de opções de “ações virtuais” condicionado à metodologia *expected growth* (expectativa de crescimento). O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das opções de “ações virtuais” entre o preço de concessão versus o preço de resgate após o *vesting*. Caso não exista valorização, não haverá pagamento do prêmio. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

*Retention*: é um programa compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar talentos estratégicos que contribuíram na constituição do Grupo. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de “ações virtuais” sendo que o prêmio é calculado com base no preço da ação no momento do resgate após o vesting. A duração é de 3 anos a partir da outorga que ocorreu em 2019, sendo que é um aditivo ao programa outorgado em 2014. O resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos.

A implementação destes programas não obriga o Grupo a realizá-los nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada ao Grupo a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o exercício de validade do plano.

Em 31 de dezembro de 2021 os passivos de incentivos de longo prazo devidos pela Companhia montam a R\$ 1.424 (2020 – R\$ 130).

## **25.2 - Planos de previdência privada**

### **(a) Plano de Benefício – FNS**

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (“Valia”), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados que participam ou venham a participar do plano. O plano oferecido (Vale Mais) têm característica de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença).

Os planos foram elaborados tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da previdência complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o benefício diferido por desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem é, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

### **(b) Contribuições**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contribuiu para o plano de contribuição Vale Mais com montante de R\$ 648 (2020 - R\$ 682).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício 31 de dezembro de 2020.

(c) Reconciliações

<b>Reconciliação do valor justo do ativo do plano</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Valor justo do ativo do plano no final do exercício anterior	8.810	12.102
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	606	770
Fluxos de caixa – contribuição paga pela empresa	549	635
Fluxos de caixa – benefícios pagos pelo plano	(232)	(395)
Redimensionamento do valor justo do plano – rendimento de juros	(1.383)	(4.302)
<b>Valor justo do ativo do plano no final do exercício</b>	<b>8.350</b>	<b>8.810</b>
<b>Reconciliação do benefício definido</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Obrigação de benefício definido no final do exercício anterior	(1.273)	(2.036)
Custo do serviço corrente	(26)	(16)
Custo dos juros	(86)	(129)
Benefícios pagos pelo plano	232	395
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas	220	98
Efeito da experiência do plano	(1.041)	415
<b>Obrigação de benefício definido ao final do exercício</b>	<b>(1.974)</b>	<b>(1.273)</b>
<b>Reconciliação do valor líquido de (passivo) / ativo</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido no final do exercício anterior	7.537	10.066
Atualização monetária acumulada do valor líquido	-	-
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	494	625
Resultado obrigação do benefício definido – outros resultados abrangentes	(2.204)	(3.789)
Contribuição patrocinadora / pago pela empresa	549	635
<b>Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido ao final do exercício</b>	<b>6.376</b>	<b>7.537</b>
<b>Reconciliação do asset ceiling</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Saldo no início do exercício	7.537	10.066
Receita de juros	606	770
Mudanças no teto do ativo	(1.767)	(3.299)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>6.376</b>	<b>7.537</b>
<b>Valor reconhecido no balanço patrimonial</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Valor presente dos passivos atuariais	(1.974)	(1.273)
Valor justo dos ativos	8.350	8.810
Efeito do limite do asset ceiling	(6.376)	(7.537)
<b>Passivo reconhecido no balanço</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**(d) Análise de sensibilidade**

<b>Análise de sensibilidade nas hipóteses</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
1. Taxa nominal de desconto - 1,0% - R\$ Premissa da análise	2.158,38 9%	1.400,96 5,84%
2. Taxa nominal de desconto +1,0% - R\$ Premissa da análise	1.827,77 11%	1.172,86 5,84%
<b>Fluxos de caixa esperados para o próximo ano em R\$</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	2.047,29	619,99
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável		-
3. Previsão de pagamentos de benefícios do plano		
Ano 1	122,66	101,37
Ano 2	115,99	89,46
Ano 3	113,59	87,84
Ano 4	109,76	86,99
Ano 5	107,46	86,37
Próximos 5 anos	482,96	393,22
<b>Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Taxa nominal de desconto	10,31%	6,87%
Taxa nominal de crescimento salarial	6,91%	5,34%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,02%	3,27%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,02%	3,27%
<b>Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Taxa nominal de desconto	6,87%	6,35%
Taxa nominal de crescimento salarial	5,34%	5,43%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,27%	3,36%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,27%	3,36%
Tábua de mortalidade	AT-2000 Segregada por Sexo - Suav. 10%	AT-2000 Basic - Suav 10%
<b>Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos</b>		
Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	42,6958	42,6958

**(e) Ativos por categoria**

<b>Planos superavitários – Valemis e Valiaprev</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Hierarquia</b>
Renda fixa	6.081	6.446	Níveis 1 e 2
Renda variável	862	1.205	Níveis 1 e 2
Estruturado	634	576	Nível 3
Exterior	362	134	Nível 3
Imobiliário	154	201	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	258	250	Nível 3
<b>Total dos investimentos</b>	<b>8.351</b>	<b>8.812</b>	-
Valores a pagar / receber	(1)	(1)	-
<b>Total dos recursos garantidores</b>	<b>8.350</b>	<b>8.811</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**26 - Instrumentos financeiros**

**26.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros**

A área de Tesouraria Corporativa presta serviços para empresas do Grupo, coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e internacionais, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações por meio de relatórios internos que analisam as exposições por grau e importância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (incluindo o risco cambial e o risco de taxa de juros), o risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos de mercado referente a preço e demanda são monitorados e administrados por equipes dedicadas de Inteligência Comercial (Mercado), Precificação e Suprimentos. Por sua vez, os riscos operacionais são monitorados e administrados por equipe própria de Seguros, mediante Programa de Gerenciamento de Riscos.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos usando instrumentos financeiros derivativos para proteger contra essas exposições ao risco. O uso de instrumentos financeiros derivativos é regido pelas políticas do Grupo aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados ao risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito, o uso de instrumentos financeiros derivativos, instrumentos financeiros não derivativos e o investimento da liquidez excedente. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pelos auditores internos continuamente. O Grupo não contrata ou negocia instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

<b>Risco</b>	<b>Exposição</b>	<b>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</b>	<b>Gestão</b>
Risco de mercado - câmbio	Importações em andamento	Previsão de fluxos de caixa	Swaps cambiais e NDFs
	Empréstimos em moeda estrangeira (i)	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis e aplicações financeiras	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
		Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings de instituições financeiras e clientes</i>
			Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos Liquidez das aplicações financeiras	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
		Análise da carência e vencimento das aplicações financeiras	Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings de instituições financeiras</i>

(i) Sem exposição nos exercícios findos em 31 de dezembro e 2021 e 2020.

**(a) Risco de mercado**

**(i) Risco de preço e demanda**

Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das *commodities* transportadas podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos podem impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria e consequentemente impactando em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

**(ii) Risco cambial**

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado e para tal, é política do Grupo identificar e mitigar os riscos financeiros decorrentes da contratação das operações financeiras e dos fluxos (pagamentos e recebimentos) em moeda estrangeira e, com foco na redução da volatilidade do fluxo de caixa e preservação patrimonial.

O Risco Cambial é monitorado através da análise das obrigações em moeda estrangeira (ativa e/ou passiva) registradas no Grupo, tais como captações em moeda estrangeira, importações e eventuais projeção de vendas para clientes *offshore*.

É facultada ao Grupo a possibilidade de contratar obrigações em moeda estrangeira pelo prazo de até 24 meses e limitadas ao valor individual ou agregado de USD 40 milhões. As obrigações em moeda estrangeira podem ser contratadas por qualquer empresa do Grupo, sendo certo que o somatório de todas as obrigações contratadas não poderá ultrapassar USD 40 milhões.

Na avaliação de novos projetos de investimento o risco cambial e possíveis mitigadores, quando existentes, serão analisados no processo decisório de investimento

Para qualquer obrigação de prazo superior a 24 meses ou em valor individual ou agregado superior a USD 40 milhões, o Grupo deve buscar proteção junto ao mercado financeiro através de operações de *hedge accounting*.

É prática da Companhia contratar instrumentos financeiros derivativos (NDFs – *Non-deliverable forwards*) (Nota 26.2) para gerir o risco de câmbio associado às transações de importação identificadas e em andamento. Esta proteção não se qualifica como *hedge accounting* e portanto, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em resultados financeiros.

Estas operações não possuem inefetividade, uma vez que a contratação das NDFs se dá casada com a data de liquidação dos contratos de câmbio atrelados as importações já em andamento.

**Análise de sensibilidade das variações nas taxas de câmbio**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía posições em moedas estrangeiras.

**(iii) Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros porque aplica recursos atrelados ao CDI e tem obrigações atreladas ao (CDI, IPCA, TJLP/TLP e TR). O risco é gerido pelo Grupo mantendo um mix adequado entre empréstimos a taxas fixas e variáveis, e através do uso de contratos de *swap* de taxa de juros. As atividades de *hedge* são avaliadas regularmente para fins de alinhamento com as taxas de juros e o apetite de risco determinado, garantindo a aplicação das estratégias de custo de *hedge* mais eficazes.

O risco a indexadores é monitorado através da análise da sensibilidade sobre a receita financeira com aplicações financeiras e das despesas financeiras com endividamento contratado, mensurado trimestralmente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A análise de sensibilidade apresenta quatro cenários, sendo um cenário real do período e três cenários adicionais.

O cálculo dos três cenários de sensibilidade deverá ser realizado aplicando os fatores simulados abaixo sobre a receita e despesas financeiras realizadas no exercício:

Receita financeira com aplicações (CDI):

- Cenário real: CDI corrente (final do exercício analisado) e Receita Financeira apurada;
- Cenário I: 90% do CDI corrente e receita financeira projetada (-10%);
- Cenário II: 80% do CDI corrente e receita financeira projetada (-20%);
- Cenário III: 65% do CDI corrente e receita financeira projetada (-35%).

Exceto pelas aplicações financeiras (Nota 5), contas a pagar (Nota 12), as obrigações de arrendamento e subconcessões (Nota 17), financiamentos e debêntures (Nota 13), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros.

**Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros**

**Ativos financeiros**

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

Os cenários I, II e III foram calculados com deterioração de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2021.

<b>31/12/2021</b>				
<b>Indexador</b>	<b>Taxas ao final do exercício</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
CDI	9,15%	8,24%	6,86%	4,58%
<b>31/12/2021</b>				
	<b>31/12/2021</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Receita de aplicações financeiras – efeito potencial no resultado	17.996	16.196	13.497	8.998

**Passivos financeiros**

Análise de sensibilidade elaborada sobre os financiamentos em aberto no final do exercício, com risco vinculado a indexadores pós-fixados (IPCA).

Os cenários I, II e III foram calculados com aumento de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2021.

<b>31/12/2021</b>				
<b>Indexador</b>	<b>Taxas ao final do exercício</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
IPCA	10,07%	11,08%	12,08%	13,59%
CDI	9,15%	10,07%	10,98%	12,35%
<b>31/12/2021</b>				
	<b>31/12/2021</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Encargos financeiros - IPCA	4.440	4.884	5.328	5.994
Encargos financeiros - CDI	21.282	23.410	25.538	28.730

**(b) Risco de créditos**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A fim de minimizar o risco de crédito, o Grupo adotou a política de negociar apenas com contrapartes que possuem capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

Os trabalhos de avaliação de risco de crédito comercial e concessão de limite de crédito são executados utilizando-se de processo de análise de risco de crédito e tendo como referência, sobretudo, as informações fornecidas pelos clientes, agências de proteção ao crédito e agências de *rating*.

As variáveis selecionadas como “Positivas” para a aprovação de limite de crédito são:

- O tempo de mercado da empresa solicitante de crédito e a sua reputação;
- Elevada pontualidade de pagamento e classificação de baixo risco nas principais agências de proteção ao crédito;
- Elevada classificação de risco de crédito pelas agências de *ratings*, quando disponíveis;
- Boa classificação dos principais indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade do negócio do cliente (constantes nos dados contábeis do cliente, já devidamente auditados, sempre que disponíveis);
- Disponibilidade de oferecer garantias complementares ao processo.

As variáveis selecionadas como “Negativas” para a aprovação do limite de crédito são:

- A presença de apontamentos restritivos considerados elevados, tanto em quantidade, quanto em montantes individuais. Esta verificação deverá ser feita não somente na empresa solicitante do crédito, mas também nas empresas coligadas e nos sócios ou acionistas.
- Baixa pontualidade de pagamento junto ao Grupo;
- O não atendimento dos pré-requisitos mínimos de análise de risco de crédito para as variáveis consideradas “Positivas”.

A validade do limite de crédito de cada cliente será de até 365 dias contados a partir da sua aprovação e cadastro no sistema. Entretanto, é reservado à Gerência Geral Financeira o direito de atribuir prazo de validade inferior a 365 dias, conforme classificação de risco do cliente.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa (i)	333.241	578.247
Instrumentos financeiros derivativos	-	(2.909)
Contas a receber de terceiros (ii)	419.820	388.148
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	1.260	2.089
	<u>754.321</u>	<u>965.575</u>

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo, sendo conforme tabela abaixo:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**Limite Máximo Consolidado**

1. Classificação de risco para aplicações em Reais	2. Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira	3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

Não são permitidas as aplicações em:

- títulos pré-fixados de qualquer natureza;
  - títulos de emissão de empresas estatais não-financeiras;
  - renda variável, tais como ações ou fundo de ações;
  - títulos de emissão de empresas privadas sem garantia de instituição financeira;
  - títulos, fundos ou outros instrumentos que possam implicar em perda do principal investido.
- (ii) O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Deve-se destacar que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Do saldo de contas a receber de clientes no final do exercício, R\$ 10.696 (2020 – R\$ 14.306) é devido pela CGG Trading S.A., cliente com maior exposição em aberto na Companhia e cuja realização é fruto de acordo específico de recebimento, estando os recebimentos em dia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu perdas por redução ao valor recuperável com contas a receber no montante de R\$ 121 (2020 - R\$ 413). A metodologia adotada para constituir a estimativa de perdas para liquidação duvidosa está de acordo com o CPC 48 / IFRS 9.

**(c) Risco de liquidez**

A gestão de fluxo de caixa do Grupo está embasado em política interna e contempla:

- Elaboração de fluxo de caixa individual por empresa e consolidado em base mensal com horizonte de 24 meses, considerando os cenários pessimista, conservador e moderado, que serão derivados de diferentes previsões de geração de caixa operacional;
- Reportar mensalmente para o comitê financeiro atualizações do fluxo de caixa e seus respectivos cenários, observando eventuais riscos de quebra de *covenant*, refinanciamento e caixa mínimo;
- Caso sejam identificadas alterações estruturais nas premissas de caixa com impacto negativo nos níveis de liquidez a Diretoria Executiva irá apresentar ao Conselho de Administração:
  - Análise do impacto no fluxo de caixa de curto e médio prazos em diferentes cenários;
  - Recomendação de ações corretivas de impacto imediato que podem contemplar interrupção temporária de pagamentos, revisão do plano de investimento e captação de recursos para reforçar o caixa do Grupo.

O Grupo deverá manter um saldo mínimo consolidado de caixa com o objetivo de evitar que as ocorrências de flutuações em sua geração operacional afetem sua capacidade de cumprir com suas obrigações. O

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

cálculo acompanha metodologia calculada anualmente durante o ciclo orçamentário e submetido para aprovação pelo Conselho de Administração, juntamente com a aprovação do orçamento, sendo composto por:

- Obrigações operacionais e financeiras de curto prazo;
- Composição de saldo reserva para aquisição de intangível;
- Investimentos correntes essenciais à manutenção das operações do Grupo;
- Investimentos de capital não financiados, equivalente a 30% do total de investimento de capital.

Por ser resultado de um processo dinâmico, os saldos de caixa mínimo definidos para cada exercício social poderão ser revistos nos seguintes casos:

- Alterações adversas no mercado doméstico e/ou internacional com potencial de impacto nas premissas de receita ou custo utilizadas no ciclo orçamentário;
- Alterações no plano de negócio do Grupo, incluindo aquelas relacionadas ao plano de investimentos, com impacto no caixa de curto prazo;
- Decisões jurídicas e/ou fiscais desfavoráveis com potencial de consumo substancial de caixa no curto ou médio prazo;
- Alterações adversas no mercado de crédito que impacte o plano de financiamento proposto para o exercício.

Caso se verifique a impossibilidade de cumprimento do caixa mínimo tal fato deve ser comunicado pelo Diretor Financeiro ao Conselho para alinhamento sobre a definição de um novo patamar de caixa mínimo para o respectivo exercício social em conjunto com as ações mitigadoras.

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e obrigações de arrendamento contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações e considerando os vencimentos contratuais, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2021:

	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 3 anos</b>	<b>De 3 a 4 anos</b>	<b>De 4 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Arrendamentos	26.714	16.936	13.279	13.545	13.872	216.192	<b>300.538</b>
Fornecedores	67.445	-	-	-	-	-	<b>67.445</b>
Contas a pagar	1.063	-	-	-	-	-	<b>1.063</b>
Financiamentos e debêntures	65.992	67.027	64.799	52.421	438.217	69.994	<b>758.450</b>
Dividendos a pagar	274.861	-	-	-	-	-	<b>274.861</b>

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de vencimento.

A dívida líquida da Companhia é composta pelos empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e dos instrumentos financeiros derivativos, líquidos.

	<b>31/12/2021</b>
Empréstimos e financiamentos	500.383
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(333.241)
<b>Dívida líquida</b>	<b>167.142</b>
	<b>33.40%</b>

## FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Risco operacional

A FNS possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

Modalidade	Cobertura	Data de cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade civil geral	<i>All risk</i>	30/06/2023	R\$ 26.000
Riscos operacionais	<i>All risk</i>	30/06/2023	R\$ 300.000
Transporte internacional e importação	<i>All risk</i>	31/01/2022	USD 8.000
Responsabilidade civil do transporte ferroviário - RCTF-C	<i>All risk</i>	31/01/2022	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Frota de automóvel	<i>All risk</i>	01/04/2022	R\$ 200
Vida em grupo	Empregados, cônjuges e filhos	30/06/2022	24 x Salário base
Vida em grupo	Estagiários	30/06/2022	R\$ 13
Riscos ambientais	<i>All risk</i>	30/03/2023	R\$ 50.000
EPL – Práticas trabalhistas indevidas	<i>All risk</i>	15/07/2022	R\$ 10.000
Acidentes pessoais	Trens turísticos	17/12/2022	R\$ 10

#### (e) Gestão de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios das entidades do Grupo de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital. A estratégia geral do Grupo permanece inalterada desde 2019.

O Grupo não está sujeito a nenhuma exigência externa sobre o capital.

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir.

	31/12/2021	31/12/2020
Total passivo	1.292.539	1.769.041
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(333.241)	(578.247)
	<b>959.298</b>	<b>1.190.794</b>
Patrimônio líquido	<b>2.769.797</b>	<b>2.547.463</b>
	<b>34,63%</b>	<b>46,74%</b>

#### 26.2 – Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui exposição em derivativos futuros (NDF – *non-deliverable forward*) (2020 - R\$ (2.909)). A exposição foi obtida com o objetivo de proteger as flutuações cambiais das importações em andamento da Companhia e não são enquadradas como *hedge accounting*.

Abertura dos contratos:

USD milhares	31/12/2020 <i>Notional</i>	Vencimento
Futuros	10.204	14/01/2021 e 26/01/2021
<b>Saldo – Exposição cambial</b>	<b>10.204</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na gestão de operações financeiras do Grupo, não é permitida, em nenhuma circunstância, a contratação de qualquer instrumento derivativo de caráter especulativo. Os instrumentos derivativos estão restritos às circunstâncias onde forem necessários como ferramenta de proteção e desde que seja comprovado que sua contratação não representa riscos adicionais ao patrimônio das Empresas VLI.

**26.3 - Estimativa de valor justo**

Os valores de justos dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos níveis 1 e 3.

**Informações (inputs) de Nível 1**

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

**Informações (inputs) de Nível 2**

Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

**Informações (inputs) de Nível 3**

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

**Instrumentos financeiros por categoria e valor justo**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Ativo</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	333.241	578.247	333.241	578.247	-
Contas a receber de terceiros	419.700	387.735	419.700	387.735	-
Contas a receber de partes relacionadas	1.260	2.089	1.260	2.089	-
	<b>754.201</b>	<b>968.071</b>	<b>754.201</b>	<b>968.071</b>	
<b>Passivo</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores terceiros	59.242	159.474	59.242	159.474	-
Fornecedores de partes relacionadas	8.203	742.985	8.203	742.985	-
Contas a pagar	1.063	33.393	1.063	33.393	-
Financiamentos	175.222	-	154.440	-	Nível 2
Debêntures	325.161	-	331.849	-	Nível 2
Subconcessão (Valec)	286.141	245.616	286.141	245.616	-
Dividendos a pagar	274.861	379.693	274.861	379.693	-
	<b>1.129.893</b>	<b>1.561.161</b>	<b>1.115.799</b>	<b>1.561.161</b>	
<b>Valor justo</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.909	-	2.909	Nível 2
	<b>-</b>	<b>2.909</b>	<b>-</b>	<b>2.909</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**27 – Impactos COVID-19**

**Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos**

Inicialmente detectado no continente asiático em dezembro de 2019, o agente denominado coronavírus, causador da doença COVID-19, teve seu primeiro foco epidemiológico na China, espalhando-se rapidamente pela região e, posteriormente, por todo o globo, consistente em linhagem de vírus altamente contagioso, com transmissão pelo ar ou contato físico, causador de síndrome infecciosa respiratória. Os quadros clínicos conhecidos até o momento decorrentes da doença podem variar de pacientes assintomáticos até infecções graves que afetam diversos sistemas do corpo humano, especialmente o respiratório.

Considerando a disseminação global do vírus, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência de pandemia em virtude da COVID-19.

No Brasil os primeiros casos foram oficialmente detectados em fevereiro de 2020, evoluindo vertiginosamente deste então, tendo o congresso nacional através do Decreto Legislativo nº 6 de 2020, reconhecido o estado de calamidade pública em todo território nacional.

Como medida de combate à expansão acelerada da doença e proteção aos sistemas de saúde públicos e privados, governos estaduais e municipais aplicaram medidas de promoção ao isolamento social e restrição à circulação de pessoas, voltadas principalmente à fechamento total ou parcial de diversos setores da economia.

Tal cenário provou reflexos socioeconômicos ainda não completamente delimitados, porém, já traduzidos na redução drástica da atividade econômica dos grandes centros urbanos e do consumo em geral vivenciados nos meses de março e abril de 2020, com conseqüente redução de postos de trabalho e queda na arrecadação de tributos aos diversos entes federativos.

O Governo Federal, através de Decreto Presidencial, determinou as atividades consideradas essenciais a serem executadas durante a pandemia pela COVID-19. Entre elas, estão o atendimento serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral. Desta forma, a Companhia permanece operando normalmente, exceto pela implementação de novos protocolos de segurança e trabalho. Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente suas operações.

A Companhia informa que até a data de divulgação de suas Demonstrações financeiras, não foram identificados impactos ou efeitos relevantes às suas operações vinculados à pandemia causada pela COVID-19, sobretudo em virtude da continuidade das atividades do Grupo e dos seus clientes, principalmente no segmento agrícola, grãos, açúcar e celulose.

A despeito da expectativa de queda no crescimento e de recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades, a Companhia, tendo como uma de suas principais atividades o transporte de alimentos, combustíveis e outros produtos essenciais para o Brasil e para outros países do mundo, tem tido sucesso em manter suas operações e fluxos financeiros estáveis ao longo da crise. A segmentação da Companhia e seu portfólio de produtos logísticos com grande exposição às exportações de grãos, aliado à recente valorização do dólar, também foram responsáveis por amenizar os efeitos da crise recente.

No contexto supracitado, a Companhia também avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da COVID-19, conforme segue:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

(i) Perdas de crédito esperadas

As safras de grãos recordes apuradas em 2021, bem como a estabilização da cotação do dólar frente ao real, são fatores que não indicam incremento relevante na avaliação de risco de crédito dos nossos principais clientes. Ademais, a retomada dos mercados asiático e europeu no cenário pós-COVID-19, grandes consumidores de *commodities* agrícolas, é um fator responsável por manter expectativas favoráveis pertinentes ao crescimento das operações de exportações.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment*

A Companhia está monitorando os eventos decorrentes do COVID 19, de forma a avaliar a necessidade de realizar novas análises de recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis no próximo período de reporte. As análises realizadas até a data de aprovação desta demonstração não indicaram a necessidade de registro de provisão para *impairment* de ativos não financeiros (imobilizado e intangível).

(iii) Recuperação dos tributos diferidos ativos

As operações da Companhia permanecem estáveis, em função da sua segmentação de negócio, safra recorde de grãos e valorização do dólar frente ao real. Ademais, não se vislumbram impactos duradouros decorrentes da COVID-19 nos exercícios futuros capazes de impactar os negócios da Companhia. Neste sentido, mantidas as perspectivas de receita, não há impactos relevantes na capacidade de se realizar os tributos diferidos no curto e longo prazo.

(iii) Liquidez

A Companhia opera no contexto do Grupo, que possui concessões de ferrovias e portos e neste sentido, as captações de recursos são feitas de forma centralizada. Sempre que necessário o Grupo realiza aportes de recursos nas suas empresas controladas.

O Grupo apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para sua operação. No entanto, uma expectativa de impactos econômicos causados pela redução das atividades empresariais decorrentes das restrições impostas durante a pandemia do COVID-19, podendo vir gerar efeitos subsequentes nas operações, o que não se confirma até a data desta publicação.

A Administração vem monitorando a liquidez financeira do Grupo e das situações específicas de cada uma das empresas do Grupo, com ações de antecipações de captação de recursos e a perspectiva de retenção de caixa usando o auxílio de medidas do governo federal e demais instituições setoriais. O Grupo aderiu ao programa de suspensão de pagamentos promovido pelo BNDES, tendo sido economizados no exercício de 2020 e em função desta medida, R\$ 216 milhões. Em 2021, o Grupo vem mantendo as ações necessárias em nossas operações como a redução de custos e postergação de investimentos com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações financeiras.

**Consideração final**

A Administração, ciente do seu papel social, está redobrando esforços e cuidados visando a manutenção das operações logísticas indispensáveis à nossa sociedade, sem prejuízo do cumprimento das instruções de segurança sanitárias divulgadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde.

A Administração permanece também focada na proteção incondicional da saúde de seus colaboradores e prestadores de serviço, executando medidas para promoção do isolamento social, digitalização dos processos, redução máxima do contato físico e incremento dos procedimentos de higienização pessoal e dos locais de trabalho.

**FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A Administração segue atenta à evolução da pandemia nos cenários doméstico e internacional com intuito de avaliar potenciais impactos futuros.

## FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

##### Conselho de Administração

Ernesto Peres Pousada Jr.  
Presidente do Conselho

##### **Conselheiros**

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Rute Melo Araújo

Alessandro Pena da Gama

##### **Suplentes**

Fábio Tadeu Marchiori Gama

Anderson Abreu Santana dos Santos

Angelo Henrique Rodrigues Stradioto

Rodrigo Bernardes Braga

##### **Diretoria**

Gustavo Serrão Chaves

Diretor Presidente

Fábio Tadeu Marchiori Gama

Diretor Vice-presidente e de Relações com Investidores

Fabício Rezende de Oliveira

Diretor de Planejamento e Integração

Sebastião Fernando da Costa Furquim

Diretor Comercial

Márcia Mara Chaves Resende

**Gerente de Contabilidade - CRC-MG 078483/O-8 "S" MA**